

AES Cajuína AB2 Holdings S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	1
---------------------------------------------------------------------------------------------------------	---

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores da
AES Cajuína AB2 Holdings S.A
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da AES Cajuína AB2 Holdings S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA-021419/O

AES Cajuína AB2 Holdings S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado
		2023	2022	2023
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	3	53	1	354
Contas a receber de clientes		-	-	1.143
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	5
Dividendos a receber		183	-	-
Outros ativos	4	660	-	9.308
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		896	1	10.810
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Cauções e depósitos vinculados		-	-	5
Outros ativos	4	769	-	774
Investimentos em controladas	5	906.066	-	-
Imobilizado, líquido	6	790	-	910.547
Intangível, líquido		-	-	358
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		907.625	-	911.684
TOTAL DO ATIVO		908.521	1	922.494
	Notas	2023	2022	2023
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	7	49	-	12.919
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	15
Outros tributos a pagar		-	-	279
Dividendos a pagar		183	-	183
Outras obrigações		-	-	150
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		232	-	13.546
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Tributos diferidos		-	-	302
Outras obrigações		-	-	357
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-	659
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social subscrito e integralizado		761.664	4	761.664
Prejuízos acumulados		-	(3)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		137.200	-	137.200
Reservas de lucros		9.425	-	9.425
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	908.289	1	908.289
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		908.521	1	922.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AES Cajuína AB2 Holdings S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado
		2023	2022	2023
Receita operacional líquida	9	-	-	10.126
Custo de produção e operação de energia		-	-	(15)
LUCRO BRUTO		-	-	10.111
Gerais e administrativas		(107)	(3)	(132)
Outras receitas (despesas) operacionais		(21)	-	(32)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(128)	(3)	(164)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(128)	(3)	9.947
Receitas financeiras		-	-	11
Despesas financeiras		(3)	-	(10)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		(3)	-	1
Resultado de equivalência patrimonial		9.742	-	-
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		9.611	(3)	9.948
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	(35)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	(302)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	10	-	-	(337)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		9.611	(3)	9.611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AES Cajuína AB2 Holdings S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2023
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	9.611	(3)	9.611
Outros resultados abrangentes	-	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	9.611	(3)	9.611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AES Cajuína AB2 Holdings S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Reservas de lucros					Total do Patrimônio Líquido
		Capital social subscrito e integralizado	Reserva Legal	Reserva de Investimentos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	
Saldos em 12 de janeiro de 2022		-	-	-	-	-	-
Aumento de capital		4	-	-	-	-	4
Prejuízo do exercício		-	-	-	(3)	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8	4	-	-	(3)	-	1
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.611	-	9.611
Aumento de capital		761.660	-	-	-	-	761.660
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	137.200	137.200
Constituição de reserva legal		-	480	-	(480)	-	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	8.945	(8.945)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(183)	-	(183)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8	761.664	480	8.945	-	137.200	908.289

AES Cajuína AB2 Holdings S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2023
Atividades operacionais:			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	9.611	(3)	9.611
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	-	-	5
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	302
Baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	13
Resultado de equivalência patrimonial	5 (9.742)	-	-
	(131)	(3)	9.931
Variação de ativos e passivos operacionais	(1.380)	-	2.491
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(1.511)	(3)	12.422
Atividades de investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	6 (790)	-	(910.923)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	5 (135.893)	-	-
Aumento de capital em controladas	5 (760.614)	-	-
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	-	-	(5)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(897.297)	-	(910.928)
Atividades de financiamentos:			
Adiantamento para futuro aumento de capital	8 137.200	-	137.200
Aumento de capital	8 761.660	4	761.660
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	898.860	4	898.860
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	52	1	354
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1	5	354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Cajuína AB2 Holdings S.A. (“Companhia”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital fechado. Foi constituída em 12 de janeiro de 2022, e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico “Cajuína AB2”.

A Companhia é controladora integral da Santa Tereza 07, Santa Tereza 08, Santa Tereza 12 e São Ricardo 10.

Em 01 de abril de 2022, foi aprovada em assembleia a alteração de razão social e endereço sede da empresa SF 465 Participações Societárias S.A. para AES Cajuína AB2 Holdings S.A.

A Companhia atualmente é controlada diretamente pela AES Tucano Holding I S.A., e indiretamente pela AES Brasil Energia S.A. e pela *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

As controladas incluídas nas demonstrações consolidadas, possuem junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME/ANEEL	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW (i)
Santa Tereza 07	ACL	REA 9268/2020	09/10/20	08/10/55	35 anos	12	68,4	-
Santa Tereza 08	ACL	REA 9269/2020	09/10/20	08/10/55	35 anos	3	17,1	-
Santa Tereza 12	ACL	REA 9273/2020	09/10/20	08/10/55	35 anos	4	22,8	-
São Ricardo 10	ACL	REA 9483/2020	26/11/20	25/11/55	35 anos	8	45,6	-
						27	153,9	-

(i) Conforme estabelecido pelo Ministério de Minas e Energia (MME) através da Portaria nº 416, é previsto o cálculo da garantia física através de rito ordinário anual após os 24 meses em operação comercial, contados a partir da entrada da primeira unidade, ficando à critério do gerador solicitar ou não o cálculo de forma antecipada.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 27 de março de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*).

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar o capital circulante líquido negativo na demonstração contábil consolidada em dezembro de 2023 no montante de R\$ 2.736, está convencida de que suas operações terão fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: reconhecimento e mensuração de aquisições de ativos, vida útil dos bens do imobilizado, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, recuperação dos impostos diferidos ativos e valor justo de instrumentos financeiros.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

2.7 Critérios de consolidação

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

3 CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica “Investimentos de curto prazo”.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>				
Numerário disponível	53	1	284	-
Subtotal	53	1	284	-
<u>Investimentos de curto prazo</u>				
CDB-DI	-	-	70	-
Subtotal	-	-	70	-
Total	53	1	354	-

Em 31 de dezembro de 2023, os investimentos de curto prazo estão representados por CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 80% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4 OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
CIRCULANTE				
Despesas pagas antecipadamente	545	-	545	-
Multas por compensação de fornecedores (i)	-	-	8.647	-
Outros	115	-	116	-
Subtotal	660	-	9.308	-
CIRCULANTE				
Despesas pagas antecipadamente	769	-	769	-
Outros	-	-	5	-
Subtotal	769	-	774	-
Total	1.429	-	10.082	-

(i) Refere-se à compensação a receber por atraso na conclusão das obras do Complexo Cajuína, que estão previstas nos contratos de construção e fornecimento de turbinas e equipamentos. Os contratos estabelecem penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo atraso.

5 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas diretas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

	Controladora	
	2023	2022
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	906.066	-
Total	906.066	-

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Movimentação dos investimentos	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Aumento de capital em controladas	Dividendos de controladas	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Equivalência Patrimonial	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Sta Tereza 07	-	347.362	(71)	30.758	3.722	381.771
Sta Tereza 08	-	76.167	(50)	26.970	2.641	105.728
Sta Tereza 12	-	109.486	(62)	67.215	3.274	179.913
São Ricardo 10	-	227.599	-	10.950	105	238.654
Total	-	760.614	(183)	135.893	9.742	906.066

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de ações do capital social	Percentual de participação	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do patrimônio líquido	Valor do capital social	Lucro líquido do exercício
Sta Tereza 07	347.491.081	100%	387.091	5.320	381.771	347.491	3.710
Sta Tereza 08	76.288.034	100%	107.524	1.797	105.727	76.288	2.633
Sta Tereza 12	109.600.577	100%	182.319	2.405	179.914	109.601	3.262
São Ricardo 10	227.742.908	100%	243.286	4.632	238.654	227.743	95
Total			920.220	14.154	906.066	761.123	9.700

6 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Controladora		
	2023		2022
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Saldo líquido
Imobilizado em curso (i)		790	790
Bens vinculados às concessão e autorizações		790	790
Total Imobilizado		790	790

	Consolidado		
	2023		2022
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Saldo líquido
Imobilizado em curso (i)		910.547	910.547
Bens vinculados às concessão e autorizações		910.547	910.547
Total Imobilizado		910.547	910.547

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Imobilizado em curso	-	790	790
Bens vinculados às concessão e autorizações	-	790	790
Total Imobilizado	-	790	790

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Baixas	Transferências / Reclassificações	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Máquinas e equipamentos	-	18	(18)	-	-
Imobilizado em serviço	-	18	(18)	-	-
Imobilizado em curso (i)	-	909.501	-	1.046	910.547
Bens vinculados às concessão e autorizações	-	909.519	-	1.046	910.547
Depreciação / Amortização arrendamento	-	(5)	5	-	-
Total Imobilizado	-	909.514	(13)	1.046	910.547

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

7 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2023
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	-	-	169
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	-	-	7.820
Subtotal	-	-	7.997
Materiais e Serviços	49	-	4.922
Total	49	-	12.919

8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$761.664 (R\$4 em 31 de dezembro de 2022) representado por 761.664.281 (3.900 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Aumento de capital

No período de setembro a dezembro de 2023, a AES Tucano Holding I S.A realizou Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no montante de R\$137.200.

Em 31 de março de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para tratar sobre o aumento de capital no montante de R\$7, mediante a emissão de 7.000 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174. Assim, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passou a ser de R\$11, composto por 10.900 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal.

Em 30 de junho de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para tratar sobre o aumento de capital no montante de R\$1.040, mediante a emissão de 1.040.000 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174. Assim, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passou a ser de R\$1.051, composto por 1.050.900 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal.

Em 20 de setembro de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para tratar sobre o aumento de capital no montante de R\$760.613, mediante a emissão de 760.613.381 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174. Assim, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passou a ser de R\$761.664, composto por 761.664.281 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal.

8.2 Reserva de Lucros

(a) Reserva Legal

A Companhia constitui reserva de lucros por meio da destinação de 5% do lucro do exercício para reserva legal, sendo o total da reserva limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei. A reserva legal poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$480, através da transferência de 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários, após a absorção dos prejuízos acumulados.

(b) Reserva de Investimento

Para atender à projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá ser justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2023. A Companhia constituiu R\$8.945 a título de reserva de investimentos.

8.3 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia distribuiu dividendos no montante de R\$183.

9 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

A tabela a seguir apresenta a receita operacional líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado	
	2023	2022
Mercado de curto prazo	1.233	-
Outras receitas (i)	9.271	-
Receita operacional bruta	10.504	-
(-) PIS e COFINS	(378)	-
Receita operacional líquida	10.126	-

- (i) Refere-se à compensação a receber por atraso na conclusão das obras do Complexo Cajuína, que estão previstas nos contratos de construção e fornecimento de turbinas e equipamentos. Os contratos estabelecem penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo atraso.

10 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apurou os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real. As Controladas, por sua vez, estão enquadradas no regime do lucro presumido sob o regime de caixa em 31 de dezembro de 2023, diferentemente do regime de tributação do ano de 2022, onde o cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram realizados com base no regime de apuração pelo lucro real.

No regime sobre o lucro real apurado pela Companhia, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável no exercício.

No regime sobre o lucro presumido apurado pelas Controladoras é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa. A base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	9.611	(3)	9.611	(3)	9.948	-	9.948	-
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(2.403)	(1)	(865)	-	(2.487)	-	(895)	-
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Adições (exclusões) permanentes:								
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	(33)	1	(12)	-	(31)	-	(11)	-
Resultado de equivalência patrimonial	2.436	-	877	-	-	-	-	-
Baixa de ativo imobilizado e estoques	-	-	-	-	(3)	-	(2)	-
Ajuste lucro presumido	-	-	-	-	2.280	-	785	-
Ajuste de impostos								
Outros	-	-	-	-	23	-	4	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(218)	-	(119)	-
Composição dos tributos no resultado:								
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	-	(22)	-	(13)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	(196)	-	(106)	-
Total	-	-	-	-	(218)	-	(119)	-

11 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

11.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	Consolidado				Categoria	
	2023		2022			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	3	284	284	-	-	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	3	70	70	-	-	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		1.143	1.143	-	-	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados		5	5	-	-	Custo amortizado
Total		1.502	1.502	-	-	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	6	12.919	12.919	-	-	Custo amortizado
Dividendos a pagar		183	183	-	-	Custo amortizado
Total		13.102	13.102	-	-	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado

11.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. Os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's ou Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

Contas a receber

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, por meio de contratos bilaterais. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a bureaus de crédito, (ii) cálculo do rating de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, rating e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	53	1	354	-
Contas a receber de clientes	-	-	1.143	-
Cauções e depósitos vinculados	-	-	5	-
Total	53	1	1.502	-

(b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia.

Saldos em 31 de dezembro de 2023	Controladora	
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses
Fornecedores	49	-
Dividendos a pagar	-	183
Total	49	183

Saldos em 31 de dezembro de 2023	Consolidado	
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses
Fornecedores	12.919	-
Dividendos a pagar	-	183
Total	12.919	183

(b.3) Riscos de taxas de juros

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2023 é:

	Consolidado	
	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	70	-
Total	70	-

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos equivalentes de caixa.

Investimentos de curto prazo	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,67%	10,22%	12,78%	15,33%
Operações compromissadas	CDI	70	4	5	7	9	11
Impacto no resultado			4	5	7	9	11
Total da exposição líquida			4	5	7	9	11

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas.

(c.2) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da MS Santos Participações, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.3) Risco em renováveis não-hídricas

***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto. Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização.

Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de 78 horas anuais de energia restringida. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;
- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizados a energia restringida por *constrained-off*. A CCEE informou que efetuará 12 contabilizações, iniciando em novembro de 2021, sendo que em cada contabilização 3 meses seriam recontabilizados. No entanto, em comunicado de novembro de 2021, a CCEE informou a postergação dos processamentos de energia não fornecida proveniente de *constrained-off* em decorrência do tempo necessário para validação de parâmetros de entrada com o ONS.

A CCEE publicou em dia 31 de janeiro de 2022 o comunicado CO 069/22, que informa que foram realizadas tratativas das informações sobre os dados de entrada a respeito do *constrained-off* com o ONS, conforme o último comunicado CO 870/21, e foram identificadas inconsistências, as quais foram indicadas para ANEEL junto com a solicitação de ajuste na metodologia de cálculo. Até o momento, a CCEE não se manifestou sobre o cronograma das recontabilizações.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.

12 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2024, com base em acervo líquido apurado, foi concluída a primeira fase da reorganização societária, onde a Companhia contribuiu na controlada direta Santa Tereza 07, a integralidade de sua participação nas demais controladas diretas Santa Tereza 08, Santa Tereza 12 e São Ricardo 10.

Com isto, a partir da referida data, a Companhia passou a ser controladora direta de Santa Tereza 07, e controladora indireta de Santa Tereza 08, Santa Tereza 12 e São Ricardo 10.

Para a segunda fase da reorganização societária, em fevereiro de 2024, a Santa Tereza 07 incorporou a Companhia, através de uma “incorporação reversa”, tornando-se uma *holding* operacional.